



CONHECER O PASSADO, COMPREENDER O TERRITÓRIO: EDUCAÇÃO HISTÓRICA E TURISMO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL

Rodrigo Luis dos Santos¹

Resumo: Este artigo analisa as possibilidades de articulação entre Educação Histórica, território, memória, patrimônio cultural e Turismo, considerando arquivos, museus, acervos, paisagens e práticas culturais como espaços de interpretação das experiências sociais. Parte-se do entendimento de que o passado não é apreendido pela simples acumulação de informações, mas pela investigação crítica de fontes, narrativas e evidências, em processos que relacionam passado, presente e futuro. O território é compreendido como construção histórica e social, marcada por usos, pertencimentos, relações de poder, desigualdades e disputas de memória. O patrimônio, por sua vez, é entendido como resultado de processos de seleção e atribuição de valor, envolvendo bens materiais e imateriais e diferentes sujeitos sociais. O objetivo é discutir em que condições a aproximação entre Educação Histórica e Turismo pode contribuir para a valorização cultural, a participação comunitária e o desenvolvimento sociocultural, sem reduzir o patrimônio a mercadoria ou apresentar o passado como narrativa homogênea. A pesquisa possui abordagem qualitativa, caráter exploratório e orientação analítico-interpretativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A análise articula estudos de teoria da História, Educação Histórica, memória, patrimônio, território e Turismo, além de documentos normativos brasileiros e cartas patrimoniais. Argumenta-se que experiências turísticas podem constituir oportunidades de aprendizagem histórica quando mobilizam interpretação crítica, diversidade de fontes, participação das comunidades e acesso democrático aos bens culturais. Essa contribuição, contudo, depende de planejamento responsável, políticas públicas inclusivas e atenção aos silenciamentos, às desigualdades e aos conflitos que atravessam os territórios.

Palavras-chave: Educação Histórica; Território; Patrimônio cultural; Turismo cultural; Memória.

UNDERSTANDING THE PAST, UNDERSTANDING THE TERRITORY: HISTORY EDUCATION AND TOURISM IN PROMOTING SOCIOCULTURAL DEVELOPMENT

Abstract: This article examines the possibilities for connecting History Education, territory, memory, cultural heritage, and Tourism, considering archives, museums, collections, landscapes, and cultural practices as spaces for interpreting social experiences. It assumes that the past is not grasped through the mere accumulation of information, but through the critical investigation of sources, narratives, and evidence in processes that connect past, present, and future. Territory is understood as a historical and social construct shaped by uses, senses of belonging, power relations, inequalities, and memory disputes. Heritage, in turn, is understood as the result of processes of selection and value attribution involving tangible and intangible assets and different social actors. The aim is to discuss the conditions under which the intersection of History Education and Tourism can contribute to cultural appreciation, community participation, and sociocultural development without reducing heritage to a commodity or presenting the past as a homogeneous narrative. The research adopts a qualitative approach, an exploratory design, and an analytical-interpretive orientation, based on bibliographic and documentary research. The analysis brings together studies on the theory of History, History Education, memory, heritage, territory, and Tourism, as well as Brazilian regulatory documents and heritage charters. It argues that tourism experiences can provide opportunities for historical learning when they promote critical interpretation, diverse sources, community participation, and democratic access to cultural assets. This contribution, however, depends on responsible planning, inclusive public policies, and attention to the silences, inequalities, and conflicts that shape territories.

Keywords: History Education; Territory; Cultural Heritage; Cultural Tourism; Memory.

Doutor em História. Docente da Área do Conhecimento de Humanidades na Universidade de Caxias do Sul (UCS), atuando no Curso de Graduação em História – Licenciatura e Bacharelado, no Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado Profissional e no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3447-6026>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2668730091701426>. E-mail: rlsantos4@ucs.br.



1 Introdução

A aproximação entre Educação Histórica e Turismo permite examinar como os sujeitos conhecem, interpretam e vivenciam os territórios, bem como as formas pelas quais as sociedades selecionam, preservam e comunicam referências de seu passado. Visitar um centro histórico, percorrer uma paisagem cultural, entrar em um museu, consultar um arquivo, participar de uma celebração ou conhecer uma antiga área industrial não representa apenas deslocamento espacial ou consumo de serviços. Essas experiências colocam visitantes e comunidades em contato com vestígios, narrativas, práticas e memórias produzidas ao longo do tempo. Podem, portanto, abrir possibilidades de aprendizagem e de reflexão sobre a constituição histórica dos lugares.

Essa possibilidade não se realiza automaticamente. Um espaço patrimonial pode ser apresentado como cenário pitoresco, uma exposição pode privilegiar apenas personagens consagrados, e um roteiro turístico pode transformar processos complexos em narrativas lineares e celebratórias. Também pode ocorrer o contrário: quando há mediação qualificada, diversidade de fontes e participação dos grupos relacionados ao território, a experiência pode estimular perguntas, confrontar interpretações e ampliar a compreensão das relações entre passado, presente e futuro. A diferença está nos objetivos, nas escolhas de representação e nas formas de interação que estruturam a experiência.

O problema que orienta este artigo é: em que condições a articulação entre Educação Histórica e Turismo pode favorecer a interpretação crítica dos territórios, a valorização plural do patrimônio cultural e o desenvolvimento sociocultural, sem reproduzir desigualdades, silenciamentos ou a mercantilização das memórias? A pergunta exige considerar, simultaneamente, as possibilidades educativas do contato com lugares e bens culturais e os limites políticos, econômicos e sociais que atravessam a atividade turística.

A Educação Histórica oferece instrumentos para pensar essa questão porque se dedica aos modos pelos quais os sujeitos constroem conhecimento histórico, interpretam evidências e atribuem sentido às experiências temporais. Em diálogo com Rüsen (2001), a consciência histórica pode ser compreendida como uma forma de orientação que relaciona interpretações do passado às condições do presente e às expectativas de futuro. Aprender História, nessa perspectiva, não se resume a memorizar datas e personagens: envolve formular questões, contextualizar fontes, comparar evidências, reconhecer mudanças e permanências e justificar interpretações.

O território, por sua vez, não corresponde somente a uma área delimitada no mapa. Ele é produzido pelas relações sociais, pelas formas de apropriação do espaço, pelas atividades econômicas, pelas políticas públicas, pelos deslocamentos populacionais e pelos sentidos de pertencimento. Como sugere Santos (2006), o espaço resulta da articulação entre sistemas de



objetos e sistemas de ações. Essa compreensão permite observar que ruas, praças, fábricas, escolas, igrejas, mercados, paisagens rurais e equipamentos culturais guardam marcas de diferentes temporalidades, mas seus significados não são únicos nem imutáveis.

O patrimônio cultural constitui um ponto de encontro entre essas dimensões. Sua definição abrange bens materiais e imateriais relacionados à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira, conforme os artigos 215 e 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Entretanto, aquilo que é reconhecido como patrimônio resulta de escolhas e disputas. A preservação de determinado edifício, objeto, celebração ou prática cultural envolve decisões sobre o que merece ser transmitido, quem participa dessas decisões e quais experiências são valorizadas ou deixadas à margem.

O Turismo pode contribuir para tornar essas referências acessíveis e significativas, mas também pode subordiná-las a expectativas mercadológicas. A atividade turística possui dimensões econômicas, sociais, culturais e territoriais; seus resultados dependem das formas de planejamento, da participação das comunidades e da distribuição dos benefícios e dos custos. Por isso, este trabalho não parte da premissa de que o Turismo seja, por natureza, educativo ou promotor de desenvolvimento. Sustenta, antes, que esse potencial depende de práticas de interpretação historicamente fundamentadas, gestão responsável e democratização do acesso.

O objetivo geral é analisar as possibilidades de articulação entre Educação Histórica e Turismo na interpretação dos territórios e na valorização do patrimônio cultural, considerando seus efeitos potenciais sobre a participação social e o desenvolvimento sociocultural. Especificamente, busca-se: discutir a aprendizagem histórica e a consciência histórica; compreender as relações entre território, memória, identidade e patrimônio; examinar o papel dos espaços de memória e das experiências turísticas como ambientes de interpretação; e propor possibilidades metodológicas para ações educativas e turísticas territorialmente situadas.

A pesquisa possui natureza qualitativa, caráter exploratório e abordagem analítico-interpretativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. O referencial reúne estudos de teoria da História, Educação Histórica, História Cultural, memória, arquivologia, museologia, território, patrimônio e Turismo. A análise documental considera marcos normativos e orientações institucionais relacionadas aos direitos culturais, à política de Turismo e à educação patrimonial. Não se apresenta estudo de caso empírico de um município específico; as possibilidades de aplicação territorial são discutidas como proposições metodológicas a serem adaptadas a diferentes contextos e submetidas, em pesquisas futuras, à investigação local.

O argumento central é que a integração entre Educação Histórica e Turismo pode ampliar a interpretação social do patrimônio e fortalecer práticas de desenvolvimento sociocultural quando transforma a visitação em investigação, reconhece a pluralidade das memórias, envolve as



comunidades e assegura condições concretas de acesso. Para desenvolver esse argumento, o artigo aborda a consciência histórica e a aprendizagem; o território, a memória e o patrimônio; a interpretação turística e as experiências culturais; as relações entre educação, participação e desenvolvimento sociocultural; e, por fim, possibilidades metodológicas de aplicação territorial.

2 Educação Histórica, consciência histórica e interpretação do passado

A produção do conhecimento histórico começa com perguntas dirigidas aos vestígios das experiências humanas. Documentos escritos, fotografias, mapas, objetos, edifícios, relatos orais, paisagens e práticas culturais não oferecem, por si mesmos, uma representação completa ou transparente do passado. Eles precisam ser localizados em seus contextos de produção, circulação, uso e preservação, interrogados a partir de problemas e confrontados com outras evidências. A contribuição de Bloch (2001) permanece central ao compreender a investigação histórica como trabalho orientado por perguntas, e não como recolha passiva de informações.

A ampliação do conceito de fonte histórica, associada a transformações historiográficas como as promovidas pela Escola dos Annales, permitiu incorporar dimensões antes pouco consideradas: cotidiano, cultura material, relações de trabalho, práticas religiosas, experiências familiares, sociabilidades, imagens e modos de ocupação do espaço. Le Goff (1990) chama a atenção para a historicidade dos documentos e para o fato de que sua preservação não é neutra. Um documento é produzido em circunstâncias específicas e chega ao presente por meio de processos de seleção, guarda e transmissão. Assim, investigar uma fonte exige perguntar quem a produziu, com que finalidade, para qual público, em que condições circulou e por que foi preservada.

Essa postura crítica é fundamental para a Educação Histórica. Em vez de tratar a aprendizagem como reprodução de uma narrativa previamente estabelecida, essa perspectiva valoriza o desenvolvimento do pensamento histórico: formular problemas, distinguir evidências de opiniões, contextualizar informações, comparar interpretações e construir explicações justificadas. Lee (2006) discute a literacia histórica como capacidade de compreender a natureza do conhecimento histórico e mobilizar esse conhecimento para interpretar o mundo. Schmidt e Garcia (2005), assim como Schmidt e Urban (2016), ressaltam as possibilidades de investigar a formação da consciência histórica em contextos de aprendizagem.

A consciência histórica, na formulação de Rüsen (2001), envolve a atribuição de sentido temporal à experiência. Os sujeitos recorrem a interpretações do passado para compreender situações presentes, orientar ações e imaginar futuros possíveis. Não se trata de uma capacidade restrita aos historiadores ou aos espaços escolares: ela também se forma nas famílias, nos meios



de comunicação, nas celebrações, nos museus, nos monumentos, nos roteiros turísticos e nas narrativas cotidianas sobre os lugares. O contato com o passado, porém, pode assumir diferentes níveis de complexidade. Pode reproduzir estereótipos e versões simplificadas ou promover investigação e reflexão crítica.

A aprendizagem histórica exige reconhecer que o passado não é simplesmente recuperado tal como aconteceu. O conhecimento histórico é construído por meio de procedimentos metodológicos, interpretação de evidências e argumentação. Isso não significa que todas as versões sejam igualmente válidas. As interpretações precisam responder às fontes disponíveis, considerar seus limites e explicitar os critérios que as sustentam. A comparação entre documentos oficiais, imprensa, fotografias, objetos e depoimentos, por exemplo, pode revelar divergências e silêncios que uma fonte isolada não permitiria perceber.

A memória e a História relacionam-se, mas não se confundem. A memória é constituída por experiências, lembranças, esquecimentos e reconstruções que indivíduos e grupos elaboram a partir do presente. A pesquisa histórica, por sua vez, submete relatos e registros à crítica sistemática e ao confronto com outras evidências. Nora (1993) demonstra como determinados lugares, símbolos e instituições podem concentrar investimentos de memória; Pollak (1989) evidencia que lembranças, silêncios e esquecimentos também expressam relações sociais e disputas. O trabalho educativo deve respeitar a importância das memórias, sem tratá-las como relatos imunes à análise.

No contexto turístico, essas questões tornam-se visíveis porque toda experiência interpretativa organiza uma narrativa sobre o lugar. Um guia, uma placa, um aplicativo, uma exposição ou um roteiro escolhe acontecimentos, personagens e temas, organiza uma sequência e atribui significados. Uma antiga estação ferroviária, por exemplo, pode ser apresentada apenas como marco arquitetônico ou como parte de um processo que envolveu trabalho, mobilidade, expansão econômica, migração, transformação urbana e impactos sobre diferentes comunidades. A interpretação histórica amplia o campo de perguntas e torna perceptível que os espaços são produtos de relações sociais.

Uma abordagem orientada pela Educação Histórica pode convidar o visitante a observar evidências e formular questões: quem construiu o edifício? Que atividades eram realizadas nele? Quem tinha acesso ao espaço? Como sua função mudou? Que grupos aparecem nas fotografias e documentos? Quais experiências não estão representadas? Como os moradores interpretam hoje esse lugar? Ao aproximar observação, fonte e problema histórico, a visita deixa de ser exclusivamente contemplativa e se converte em experiência de investigação situada.

A interpretação também deve reconhecer as diferenças entre públicos. Crianças, estudantes, moradores, pesquisadores e visitantes ocasionais possuem experiências e



conhecimentos prévios distintos. Uma mediação educativa consistente não consiste em simplificar a História até eliminar sua complexidade, mas em construir formas de comunicação acessíveis, com perguntas, recursos e linguagens adequados a cada público. Fotografias, mapas, objetos, depoimentos, linhas do tempo e comparações entre paisagens podem favorecer o diálogo entre experiência e conhecimento.

A Educação Histórica não exige que toda visita se transforme em aula formal. O objetivo não é escolarizar o Turismo, mas reconhecer que experiências culturais podem ampliar a capacidade de interpretar o mundo quando favorecem curiosidade, comparação, contextualização e reflexão. Uma visita pode produzir aprendizagem significativa se o visitante for estimulado a perceber que os lugares possuem histórias, que as narrativas são construídas e que a relação com o passado envolve escolhas e responsabilidades no presente.

3 Território, Memória e Patrimônio Cultural

O território é uma construção histórica, social, política e cultural. Embora possua uma dimensão material e geográfica, não pode ser reduzido a limites administrativos ou a uma superfície física. Ele se constitui por práticas de ocupação, circulação, trabalho, moradia, produção, conflito, pertencimento e representação. Santos (2006) propõe compreender o espaço a partir da relação entre objetos e ações, permitindo analisar como infraestruturas, edificações e paisagens se articulam às atividades e às relações sociais. Haesbaert (2004), por sua vez, destaca a multiplicidade das territorialidades e a complexidade dos vínculos entre sujeitos, espaço e poder.

Essa abordagem ajuda a compreender por que um território não possui uma única história. Uma mesma rua pode ser lugar de trabalho para alguns, referência afetiva para outros, espaço de comércio para outros e cenário de conflito ou deslocamento para grupos diferentes. As transformações territoriais envolvem políticas públicas, atividades econômicas, processos migratórios, desigualdades, relações ambientais e decisões sobre o uso do solo. A paisagem atual reúne marcas de diferentes temporalidades e pode ser investigada como evidência de processos de mudança e permanência.

A história local possui grande potencial para aproximar pesquisa, educação e experiência cotidiana. Bairros, cidades, comunidades rurais, escolas, fábricas, mercados, igrejas, cemitérios, estações, praças e caminhos podem ser estudados por meio da articulação de fontes variadas. É necessário, contudo, evitar que a escala local seja tratada como universo isolado. A história de uma fábrica pode relacionar-se a mudanças tecnológicas e econômicas nacionais; a trajetória de uma comunidade pode integrar processos migratórios mais amplos; a transformação de um centro



urbano pode estar ligada a políticas estaduais, nacionais ou a circuitos globais. A articulação de escalas permite situar as experiências locais em processos mais abrangentes.

O território pode ser compreendido como um “arquivo vivo”, no qual se sobrepõem vestígios materiais, práticas, lembranças e disputas. Uma construção preservada não fala sozinha: é necessário compreender seus usos, as pessoas que a ocuparam, as atividades que abrigou e os sentidos atribuídos a ela em diferentes momentos. Do mesmo modo, uma paisagem não deve ser interpretada apenas por sua aparência. Ela resulta de ações humanas, processos naturais, escolhas políticas e formas de apropriação que podem ser reconstruídas por meio de fontes documentais, visuais, orais e materiais.

Memória e território mantêm uma relação estreita porque os grupos atribuem significado a lugares e objetos a partir de suas experiências. Halbwachs (1990) evidencia a dimensão social da memória, formada em quadros coletivos; Nora (1993) analisa os lugares que passam a concentrar referências memoriais; Pollak (1989) chama atenção para os conflitos entre lembrança, silêncio e esquecimento. Essas contribuições ajudam a compreender que as memórias não são distribuídas de maneira igualitária. Alguns grupos dispõem de maior acesso às instituições, à escrita e aos meios de divulgação, enquanto outros enfrentam dificuldades para registrar e transmitir suas experiências.

O patrimônio cultural deve ser entendido como processo social de reconhecimento e atribuição de valor, e não apenas como conjunto de bens antigos que sobreviveram ao tempo. A patrimonialização envolve escolhas sobre quais referências serão preservadas, como serão interpretadas e a quem serão comunicadas. Choay (2001) discute a historicidade da noção de patrimônio e os efeitos de sua transformação em objeto de valorização e consumo. Funari e Pelegrini (2006) destacam a ampliação do conceito de patrimônio histórico e cultural, incluindo referências ligadas a grupos e práticas que ultrapassam o monumento tradicional.

A Constituição Federal de 1988 oferece um marco fundamental ao reconhecer, nos artigos 215 e 216, os direitos culturais e o patrimônio material e imaterial relacionado à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil, 1988). Essa concepção contempla edificações, documentos, objetos, conjuntos urbanos e sítios, mas também formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. O patrimônio imaterial inclui saberes, celebrações, práticas, conhecimentos e formas de transmissão cultural que permanecem dinâmicos e sujeitos a transformações.

O reconhecimento legal, entretanto, não elimina as disputas sobre o que merece ser preservado. A valorização de determinados edifícios ou personagens pode consolidar narrativas oficiais e deixar à margem experiências de trabalhadores, mulheres, populações indígenas, comunidades negras, migrantes, grupos religiosos minoritários e outros sujeitos. Isso não significa



que toda seleção patrimonial seja deliberadamente excludente, mas que os critérios de reconhecimento devem ser investigados criticamente. A ausência de determinado grupo em um museu ou roteiro também pode constituir questão de pesquisa.

Fonseca (2003) contribui para uma concepção ampla de patrimônio, que ultrapassa a materialidade monumental e reconhece referências culturais diversas. O trabalho de educação patrimonial, nessa perspectiva, deve favorecer a apropriação crítica e social dos bens culturais, e não apenas transmitir informações sobre eles. As orientações do IPHAN (2014) enfatizam a construção coletiva do conhecimento e a participação dos sujeitos que produzem e vivenciam as referências culturais. A comunidade não deve ser vista somente como fonte de depoimentos ou como público de uma política pronta, mas como participante das decisões sobre reconhecimento, preservação e comunicação.

A identidade também deve ser compreendida como processo histórico, e não como essência imutável. O pertencimento é produzido por relações com lugares, práticas, símbolos e memórias, mas pode ser múltiplo, contraditório e transformado. Um território pode abrigar narrativas distintas e, por vezes, conflitantes sobre sua origem e trajetória. Apresentar uma identidade local como homogênea pode ocultar disputas e diferenças internas; reconhecer a pluralidade, por outro lado, não exige abandonar a busca por referências compartilhadas, mas compreender como elas foram construídas e negociadas.

A valorização patrimonial precisa, portanto, articular preservação, interpretação e participação. Não basta conservar fisicamente um edifício se sua história é apresentada de forma descontextualizada ou se os grupos relacionados a ele são excluídos das decisões. Tampouco basta promover uma manifestação cultural como atração se sua transmissão depende de comunidades que não participam dos benefícios ou não controlam a forma como são representadas. A gestão patrimonial deve considerar tanto a integridade dos bens quanto as condições sociais de continuidade de práticas e memórias.

4 Turismo, interpretação histórica e experiências culturais

O Turismo pode ser compreendido como fenômeno social, cultural, econômico e territorial. A atividade envolve deslocamentos, serviços, consumo e geração de renda, mas também encontros, aprendizagens, expectativas, representações e relações entre visitantes e comunidades. Funari e Pinsky (2001) discutem a relação entre Turismo e patrimônio cultural, enquanto Barretto (2000) destaca a importância do legado cultural e do planejamento. Essas abordagens permitem afastar uma visão restrita à oferta de atrações e reconhecer que a experiência turística é mediada por narrativas, infraestrutura, relações sociais e políticas de preservação.



O Turismo cultural pode envolver museus, arquivos, centros de memória, conjuntos arquitetônicos, sítios arqueológicos, paisagens, festas, práticas religiosas, gastronomia, ofícios, música e outros modos de vida. A diversidade desses recursos mostra que o patrimônio não se limita a um conjunto de objetos a serem observados. Ele integra experiências sociais e formas de produzir significado. A visita a uma feira, por exemplo, pode permitir discutir práticas comerciais, alimentação, trabalho, migração, sociabilidade e transformações urbanas; um roteiro por uma área industrial pode abordar tecnologia, relações de trabalho, urbanização, impactos ambientais e memórias de trabalhadores.

A interpretação patrimonial é decisiva para que a visita não permaneça no nível da contemplação. Murta e Albano (2002) destacam a interpretação como exercício de olhar, comunicação e construção de sentidos sobre o patrimônio. Costa (2015) também relaciona Turismo cultural, interpretação e qualificação. Interpretar não é apenas fornecer dados cronológicos, mas estabelecer conexões entre evidências, contextos e questões relevantes para diferentes públicos. A mediação pode combinar documentos, fotografias, mapas, objetos, depoimentos, recursos audiovisuais e observação direta da paisagem.

Uma visita a um museu, por exemplo, pode ser organizada em torno de questões: como os objetos foram selecionados? De quem eram? Como eram utilizados? Por que foram preservados? Que grupos aparecem na exposição? Quais experiências não estão representadas? O próprio museu torna-se, assim, objeto de investigação. A seleção e a disposição dos objetos constituem escolhas interpretativas, e a exposição pode ser analisada como narrativa sobre o passado. A contribuição da museologia e da História Cultural permite compreender a mudança de função dos objetos quando são incorporados a coleções e apresentados ao público (Roche, 2000).

Arquivos também podem integrar experiências culturais, desde que as ações respeitem as condições de conservação, o acesso e a contextualização documental. Documentos administrativos, jornais, cartas, mapas e fotografias podem oferecer outras perspectivas sobre os lugares visitados. Uma caminhada histórica pode confrontar a paisagem atual com imagens antigas; uma exposição pode relacionar um objeto a registros de sua produção e uso; um roteiro pode incluir depoimentos de moradores e trabalhadores, explicitando as condições em que foram produzidos. A combinação de fontes amplia as possibilidades de interpretação e ajuda a evitar que uma única narrativa seja tomada como totalidade.

O contato com fontes orais exige atenção ética e metodológica. Os relatos não são simples depósitos de fatos, mas interpretações elaboradas por sujeitos a partir de suas experiências e do presente em que narram. Portelli (1997) destaca a especificidade da História Oral e a importância dos significados presentes nos testemunhos. Entrevistas devem ser realizadas com consentimento, respeito à privacidade e clareza sobre os usos do material. A participação de moradores em roteiros



e exposições precisa ser construída por meio de diálogo, não pela apropriação unilateral de suas histórias.

A interpretação turística também pode ser realizada por meio de paisagens culturais e roteiros territoriais. A paisagem oferece evidências sobre as relações entre sociedade e natureza, os usos do solo, a organização do trabalho e as transformações urbanas. A leitura histórica de um centro urbano pode articular edifícios, vias de circulação, praças, áreas comerciais, espaços religiosos e bairros residenciais. Em vez de apresentar cada ponto como unidade isolada, o roteiro pode mostrar relações entre os lugares e os processos que contribuíram para a formação do território.

A Carta Internacional sobre o Turismo Cultural do ICOMOS (1999) enfatiza a necessidade de gerir o Turismo em sítios patrimoniais de modo a respeitar os significados culturais e a conservação dos bens. Essa orientação ajuda a estabelecer um princípio: a atividade turística deve ser compatível com a continuidade do patrimônio e com os direitos dos grupos que o produzem e vivenciam. O aumento de visitantes não pode constituir o único indicador de sucesso. Também é necessário considerar impactos sobre a vida cotidiana, a acessibilidade, a conservação, a distribuição dos benefícios e a autonomia comunitária.

No Brasil, a Lei nº 11.771/2008 relaciona a Política Nacional de Turismo ao desenvolvimento econômico e social, à valorização da diversidade cultural e à participação de comunidades e populações tradicionais (Brasil, 2008). O documento Turismo cultural: orientações básicas, do Ministério do Turismo (Brasil, 2010), também oferece referência para a compreensão do segmento e de suas relações com os bens culturais. Esses marcos não garantem, por si sós, práticas responsáveis, mas estabelecem parâmetros para políticas e ações de planejamento.

É importante diferenciar visitação e experiência educativa. A visitação pode limitar-se ao consumo rápido de imagens, à reprodução de informações ou à busca por registros fotográficos. Uma experiência educativa, por sua vez, não depende necessariamente de uma aula formal, mas pressupõe condições para que o público observe, formule perguntas, confronte interpretações e reconheça a historicidade do lugar. A mediação deve respeitar o tempo dos visitantes e a diversidade de interesses, sem transformar o patrimônio em simples instrumento didático ou desconsiderar a dimensão de lazer.

A tecnologia digital amplia recursos de comunicação, com mapas interativos, acervos digitalizados, audioguias e plataformas de memória. Contudo, a disponibilidade digital não elimina a necessidade de crítica: é preciso verificar procedência, autoria, contexto e critérios de seleção. Além disso, a digitalização pode reproduzir desigualdades quando apenas parte dos acervos é disponibilizada ou quando grupos com menor acesso tecnológico ficam excluídos. Recursos



digitais devem complementar, e não substituir automaticamente, o contato com os territórios e as comunidades.

A interpretação histórica do Turismo é, portanto, uma prática de mediação entre fontes, lugares, narrativas e públicos. Sua qualidade não se mede somente pela quantidade de informações transmitidas, mas pela capacidade de revelar relações, explicitar escolhas, acolher diferentes experiências e promover compreensão contextualizada. A finalidade não é converter cada visitante em especialista, mas criar condições para uma relação mais crítica, informada e respeitosa com o patrimônio.

5 Educação Histórica e Turismo na promoção do desenvolvimento sociocultural

A articulação entre Educação Histórica e Turismo pode contribuir para o desenvolvimento sociocultural quando reconhece que o território é vivido por comunidades e que o patrimônio está ligado a direitos, práticas, memórias e formas de participação. Desenvolvimento, nesse contexto, não deve ser medido exclusivamente por crescimento do fluxo de visitantes, receita ou número de empreendimentos. É necessário considerar também a ampliação do acesso à cultura, o fortalecimento de capacidades locais, a transmissão de saberes, a valorização da diversidade, a preservação de referências culturais e a participação dos moradores nas decisões.

A Constituição Federal reconhece a educação, a cultura e o lazer entre os direitos sociais e estabelece que o Estado deve garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional (Brasil, 1988). Essa base permite discutir o acesso ao patrimônio não como privilégio de quem dispõe de renda e mobilidade, mas como dimensão da cidadania. Nem todos possuem as mesmas condições para viajar, visitar museus, participar de roteiros ou acessar equipamentos culturais. Custos, transporte, acessibilidade física e comunicacional, localização, horários e oferta de atividades influenciam a participação.

Por isso, democratizar o Turismo cultural envolve tanto ampliar a oferta quanto enfrentar barreiras concretas. Políticas públicas podem promover visitas educativas para escolas e grupos comunitários, apoiar iniciativas culturais locais, assegurar acessibilidade, integrar transporte e equipamentos de memória e criar condições para que os próprios moradores conheçam e interpretem o patrimônio de seus territórios. A experiência turística não deve ser pensada apenas para visitantes externos; pode também fortalecer o direito dos habitantes à cidade, à cultura e ao lazer.

A Educação Histórica contribui ao desenvolver capacidades de interpretação crítica. Quando estudantes, moradores e visitantes aprendem a examinar fontes e narrativas, podem compreender que as identidades locais são historicamente construídas e que as representações do



passado resultam de escolhas. Isso favorece uma participação mais informada nos debates sobre preservação, uso de espaços públicos, criação de roteiros, reconhecimento de bens culturais e políticas de memória. O conhecimento histórico não elimina conflitos, mas pode torná-los mais visíveis e qualificar a discussão pública.

A participação comunitária é condição essencial. Comunidades não devem ser reduzidas a cenário, atração ou fonte de autenticidade para consumo. Elas são produtoras e detentoras de referências culturais e precisam participar da definição de objetivos, narrativas, formas de visitação e distribuição dos benefícios. A participação não se limita a consultar moradores depois de um projeto estar pronto: envolve poder de decisão, reconhecimento de conhecimentos locais, remuneração justa quando há trabalho envolvido e possibilidade de discordar da forma como suas experiências são apresentadas.

A valorização turística pode criar oportunidades de trabalho, renda e continuidade de práticas culturais, mas também pode produzir efeitos contraditórios. Coriolano (2005) chama atenção para processos simultâneos de inclusão e exclusão associados ao Turismo. A concentração dos benefícios em agentes externos, a elevação dos preços, a transformação de áreas residenciais, a pressão sobre recursos naturais e a adaptação de práticas culturais às expectativas do mercado podem comprometer os objetivos socioculturais. O planejamento precisa observar quem se beneficia, quem arca com os custos e quais transformações ocorrem na vida cotidiana.

Um risco importante é a mercantilização do patrimônio, quando seu valor econômico passa a orientar de forma predominante as decisões. A comercialização não é, em si, incompatível com a preservação ou com a atividade turística; o problema surge quando os significados culturais são subordinados à rentabilidade e os bens passam a ser tratados apenas como produtos. Choay (2001) contribui para problematizar a relação entre patrimônio e consumo. A gestão responsável deve equilibrar conservação, acesso público, sustentabilidade econômica e respeito aos valores atribuídos pelas comunidades.

Outro risco é a folclorização das culturas. Ao apresentar grupos como portadores de tradições imutáveis, a comunicação turística pode apagar conflitos, transformações e contemporaneidade. Culturas são dinâmicas; seus integrantes reinterpretam práticas, incorporam elementos e negociam significados. Apresentá-las como espetáculo fixo pode reforçar estereótipos e restringir a autonomia dos sujeitos. A interpretação histórica precisa mostrar processos, contextos e mudanças, evitando transformar a diversidade cultural em imagem exótica.

Também é necessário enfrentar o silenciamento de grupos e narrativas. Roteiros e exposições podem privilegiar elites políticas, arquiteturas monumentais e eventos oficiais, deixando em segundo plano trabalhadores, mulheres, populações negras e indígenas, migrantes, comunidades rurais e grupos cuja documentação foi menos preservada. A inclusão dessas



experiências não deve ocorrer apenas como adição simbólica. Exige pesquisa, busca de fontes diversificadas, escuta comunitária e reconhecimento de que alguns acervos são incompletos ou foram constituídos sob relações desiguais de poder.

A crítica às narrativas patrimoniais não significa substituir uma história única por outra história única. O objetivo é reconhecer pluralidade e promover confronto fundamentado entre evidências e interpretações. Um monumento pode ser compreendido como expressão de determinado projeto político e, simultaneamente, como objeto que adquiriu novos sentidos ao longo do tempo. Uma antiga fábrica pode representar orgulho profissional para alguns moradores e recordar exploração ou acidentes para outros. A mediação pode abrir espaço para essas diferenças, contextualizando-as sem impor uma falsa harmonia.

A articulação entre Educação Histórica e Turismo pode ainda fortalecer relações entre escolas, universidades, museus, arquivos, órgãos de preservação, organizações comunitárias e profissionais do setor turístico. Projetos colaborativos podem produzir inventários participativos, exposições, roteiros, materiais didáticos, acervos digitais e caminhadas históricas. Quando planejadas em conjunto, essas ações aproximam pesquisa e vida social e ampliam a circulação do conhecimento produzido nas instituições acadêmicas.

A sustentabilidade sociocultural depende, assim, de critérios que ultrapassem a promoção turística. Entre eles estão a participação efetiva das comunidades; a pluralidade das narrativas; a acessibilidade; a proteção dos bens; o respeito aos direitos de imagem, memória e privacidade; a distribuição justa dos benefícios; a avaliação dos impactos sobre a vida cotidiana; e a possibilidade de revisão dos projetos à luz de novas evidências e demandas. A Educação Histórica oferece instrumentos para interpretar e avaliar as narrativas; o Turismo organiza experiências de encontro e circulação; e as políticas públicas podem criar condições para o acesso, a preservação e a participação.

Essa relação não deve ser entendida como uma fórmula automática. A atividade turística pode apoiar iniciativas culturais ou agravá-las, dependendo do contexto. Da mesma maneira, uma ação educativa pode reproduzir narrativas excludentes se não questionar as fontes e os critérios de seleção. O potencial de desenvolvimento sociocultural surge quando interpretação crítica, planejamento territorial, direitos culturais e participação comunitária se articulam de maneira continuada.

6 Possibilidades metodológicas e aplicação territorial

Como este artigo possui caráter teórico e não se concentra em um território empírico específico, esta seção apresenta uma proposta metodológica que pode orientar pesquisas futuras e



projetos de Educação Histórica e Turismo cultural. A aplicação deve partir da escolha de um território — bairro, município, comunidade rural, área industrial, conjunto histórico ou paisagem cultural — definido a partir de questões de pesquisa e de diálogo com os sujeitos locais. A delimitação não deve se basear somente na presença de atrações conhecidas, mas também na relevância histórica, na diversidade das experiências e na possibilidade de acesso às fontes.

A primeira etapa consiste no levantamento preliminar do território. Podem ser consultados planos diretores, inventários patrimoniais, legislação municipal, mapas, fotografias, jornais, atas legislativas, documentos administrativos, arquivos institucionais, acervos familiares, registros de associações, coleções museológicas e bibliografia local. A pesquisa deve identificar não apenas os bens já reconhecidos oficialmente, mas também lugares e práticas considerados significativos por diferentes grupos. A ausência de documentação sobre determinadas experiências deve ser registrada como limite e, quando possível, enfrentada por meio da busca de outras fontes.

A segunda etapa envolve a construção de um inventário crítico. Para cada referência cultural, recomenda-se registrar identificação, localização, descrição, cronologia conhecida, usos e transformações, fontes disponíveis, grupos relacionados, significados atribuídos, estado de conservação e controvérsias existentes. O inventário não deve apresentar a patrimonialização como decisão puramente técnica: é importante explicitar quem indicou o bem, quais critérios foram utilizados e quais sujeitos participaram. A participação comunitária pode ampliar o repertório de referências e revelar lugares que não aparecem nos levantamentos institucionais.

A terceira etapa corresponde à análise das fontes. Documentos escritos devem ser examinados quanto à autoria, finalidade, contexto institucional, linguagem, circulação e preservação. Fotografias exigem atenção à autoria, datação, enquadramento, sujeitos representados e finalidade original. Objetos devem ser investigados em seus materiais, técnicas, usos, circulação, apropriação e processos de musealização. Entrevistas demandam consentimento informado, respeito à privacidade, contextualização dos relatos e clareza sobre a forma de utilização. Mapas e paisagens permitem observar alterações no uso do solo, na circulação e na configuração dos espaços. A comparação entre fontes possibilita identificar convergências, contradições, silêncios e mudanças.

A quarta etapa consiste em analisar como o território é representado nas práticas turísticas existentes. Podem ser examinados roteiros oficiais, materiais promocionais, placas interpretativas, sites, audioguias, exposições, visitas guiadas e publicações de divulgação. As perguntas orientadoras incluem: quais períodos históricos recebem maior atenção? Quais sujeitos aparecem? Que fontes sustentam as informações? Quais conflitos e transformações são apresentados ou omitidos? Como as comunidades participam da produção das narrativas? Os materiais são



acessíveis a diferentes públicos? A resposta exige análise documental e, quando possível, observação das práticas e entrevistas com responsáveis e participantes.

A quinta etapa envolve a construção colaborativa de propostas interpretativas. Caminhadas históricas, roteiros temáticos, exposições, mapas de memória, podcasts, acervos digitais e atividades escolares podem ser elaborados a partir dos resultados da pesquisa. A escolha do formato deve considerar a conservação dos bens, as condições de acesso, os interesses comunitários e a viabilidade de manutenção. Não se recomenda criar um roteiro apenas para aumentar a visitação: é necessário discutir os objetivos culturais e educativos, os impactos esperados e os mecanismos de participação.

Uma caminhada histórica pode, por exemplo, articular edifícios públicos, áreas de trabalho, espaços religiosos, locais de sociabilidade e paisagens transformadas. Em cada ponto, a mediação pode apresentar fontes e perguntas em vez de apenas oferecer informações fechadas. A comparação entre uma fotografia antiga e a paisagem atual pode suscitar questões sobre urbanização, mobilidade e mudanças de uso. Um roteiro sobre trabalho pode combinar registros empresariais, jornais, objetos, entrevistas e memórias de trabalhadores. Uma ação em museu pode confrontar a narrativa expositiva com documentos que permitam compreender a proveniência e os usos dos objetos.

A dimensão educativa pode ser fortalecida com atividades anteriores e posteriores à visita. Antes do percurso, estudantes e participantes podem formular hipóteses, localizar o território em mapas e analisar fontes preliminares. Durante a visita, podem observar, registrar, comparar e entrevistar, respeitando os princípios éticos. Depois, podem organizar evidências, discutir interpretações alternativas e produzir textos, exposições ou materiais digitais. Esse ciclo evita que a visita se torne atividade isolada e favorece a reflexão sobre o processo de construção do conhecimento histórico.

A avaliação de uma iniciativa deve incluir indicadores qualitativos e quantitativos. Além de dados de participação e visitação, podem ser considerados a diversidade dos sujeitos envolvidos, a acessibilidade, a satisfação dos moradores, a conservação das referências, a aprendizagem percebida, a distribuição dos benefícios econômicos e as mudanças na representação de grupos antes pouco visíveis. É importante criar formas de escuta e revisão, permitindo que comunidades e participantes apontem problemas e proponham ajustes.

A proposta metodológica exige cuidados éticos. Entrevistas, fotografias e registros de práticas culturais precisam respeitar consentimento, privacidade e direitos de uso. Conhecimentos restritos ou sagrados não devem ser divulgados automaticamente por serem considerados atrativos. As comunidades devem poder negociar os termos de representação e, quando pertinente, recusar



a exposição de determinadas informações. A pesquisa e a interpretação turística precisam reconhecer que nem toda memória está disponível para consumo público.

Por fim, a aplicação territorial deve manter relação entre evidências locais e processos históricos mais amplos. Um roteiro que aborda imigração, por exemplo, deve evitar narrativas exclusivamente celebratórias e considerar trabalho, políticas de ocupação, relações com populações anteriores, conflitos, redes econômicas e diversidade interna dos grupos. Um território industrial pode ser analisado por meio das relações entre produção, urbanização, trabalho, ambiente e memória. A força da proposta está em combinar rigor histórico, participação social e comunicação acessível, sem transformar a complexidade do passado em uma narrativa promocional.

7 Considerações finais

Este artigo discutiu as possibilidades de articulação entre Educação Histórica, território, memória, patrimônio cultural e Turismo, considerando os espaços de memória e as experiências culturais como oportunidades potenciais de interpretação do passado. O problema de pesquisa foi examinar em que condições essa aproximação pode contribuir para a valorização plural do patrimônio e para o desenvolvimento sociocultural sem reproduzir desigualdades, silenciamentos ou mercantilização. A análise permite sustentar que a contribuição existe, mas depende de mediação crítica, participação comunitária, políticas inclusivas e compromisso com a preservação e os direitos culturais.

A Educação Histórica amplia a compreensão da aprendizagem ao enfatizar a investigação de fontes, a construção de evidências e a interpretação das relações entre passado, presente e futuro. Arquivos, museus, objetos, fotografias, paisagens, depoimentos e lugares não são meras ilustrações de uma história pronta: podem constituir fontes e objetos de investigação, desde que sejam contextualizados e submetidos à crítica. A consciência histórica permite compreender como as narrativas sobre o passado orientam identidades, decisões e expectativas, tornando importante analisar quem as produz, quais evidências as sustentam e quais experiências permanecem pouco representadas.

O território deve ser compreendido como espaço historicamente produzido e vivido, atravessado por relações de poder, práticas cotidianas, atividades econômicas, memórias e pertencimentos. O patrimônio cultural, por sua vez, resulta de processos de seleção e atribuição de valor. A preservação não é uma operação neutra: envolve decisões sobre o que será transmitido, quais sujeitos serão reconhecidos e quais narrativas terão circulação pública. Por isso, uma política



patrimonial democrática precisa considerar bens materiais e imateriais, pluralidade cultural, conflitos de memória e participação efetiva das comunidades.

O Turismo pode favorecer o encontro entre pessoas, lugares e experiências, ampliar o acesso ao patrimônio e criar oportunidades econômicas e culturais. Entretanto, a visitação não se converte automaticamente em aprendizagem, e o crescimento da atividade não assegura desenvolvimento sociocultural. Quando subordinado exclusivamente ao consumo, o Turismo pode contribuir para a mercantilização de bens, a folclorização de culturas, a exclusão territorial e o apagamento de memórias conflitantes. A interpretação histórica, articulada ao planejamento responsável, ajuda a enfrentar esses riscos ao apresentar fontes, contextualizar processos e reconhecer a diversidade de experiências.

As possibilidades metodológicas apresentadas (levantamento documental, inventários críticos, entrevistas, análise de roteiros, caminhadas históricas, exposições e atividades educativas) podem apoiar projetos territorialmente situados. A aplicação dessas propostas requer pesquisa empírica, diálogo com instituições de memória e participação comunitária desde a definição dos objetivos. Como não foi desenvolvido aqui um estudo de caso específico, a avaliação dos efeitos concretos dessas ações permanece como agenda para investigações futuras, que poderão comparar territórios e examinar resultados educativos, sociais e culturais.

Do ponto de vista das políticas públicas, a articulação entre Educação Histórica e Turismo recomenda integrar educação, cultura, lazer, preservação e planejamento territorial. É necessário ampliar a acessibilidade, apoiar iniciativas locais, promover formação de profissionais, garantir a participação dos moradores e avaliar a distribuição dos benefícios. Também é importante fortalecer arquivos, museus e centros de memória como instituições de pesquisa, preservação e comunicação, reconhecendo seus limites e os processos de seleção que constituem seus acervos.

Conclui-se que a principal contribuição da articulação proposta não está em transformar todo visitante em estudante formal nem em reduzir o patrimônio a recurso turístico. Está em criar condições para que o encontro com lugares, objetos, paisagens e narrativas amplie a compreensão histórica e a participação cidadã. O Turismo pode oferecer experiência e circulação; a Educação Histórica, instrumentos de interpretação e problematização; e as políticas de patrimônio e direitos culturais, condições para acesso, preservação e participação. Quando essas dimensões se articulam de forma crítica e democrática, o território deixa de ser apenas cenário de visitação e pode tornar-se espaço compartilhado de conhecimento, memória e desenvolvimento sociocultural.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.



- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. A exclusão e a inclusão social e o turismo. PASOS: **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 3, n. 2, p. 295-304, 2005. DOI: 10.25145/j.pasos.2005.03.024.
- COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural**: interpretação e qualificação. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo; Edições SESC, 2015.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Carta internacional sobre o turismo cultural**: gestão do turismo nos sítios com significado patrimonial. México, 1999.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, n. esp., p. 131-150, 2006.
- MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.
- ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, 2005.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Cláudia. Aprendizagem e formação da consciência histórica: possibilidades de pesquisas em Educação Histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 60, p. 17-42, abr./jun. 2016.